

O (DES) CONHECIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: O CASO DOS MUNICÍPIOS DO COREDE-NORC¹

Neide Ribas Da Luz Scarparo Cunha², Vinícios Gonchoroski De Oliveira³, Dieter Rugard Siedenberg⁴.

¹ Pesquisa realizada no contexto do componente curricular Teorias do Desenvolvimento, do Mestrado em Desenvolvimento - Unijui

² Mestranda em Desenvolvimento no PPGDES da Unijui, neidecunhabio@gmail.com

³ Mestrando em Desenvolvimento no PPGDES da Unijui, vinimns89@hotmail.com

⁴ Professor Doutor do DACEC e do PPGDES da Unijui, dieter@unijui.edu.br

Introdução

Esta pesquisa analisa o conhecimento que os gestores públicos municipais da região têm acerca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), tomando por base o recorte territorial do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Corede-Norc). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos na Declaração do Milênio indicam oito áreas prioritárias globais, mas de ação local que carecem de atenção para eliminar a extrema pobreza. A Declaração do Milênio (2000) estabeleceu estes oito objetivos que devem ser atingidos através de ações específicas de combate à fome e à pobreza, relacionadas à efetivação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente.

A ONU propôs uma parceria em nível global no sentido de comprometer os governos participantes na busca do desenvolvimento sustentável, através da promoção de esforços para alcançar os ODMs e, assim, vencer a luta contra a pobreza, a miséria, as desigualdades sociais e outros males que assolam a humanidade (ODM Brasil, 2012).

A relevância deste estudo se evidencia na possibilidade de se verificar o conhecimento dos gestores públicos municipais sobre o assunto, bem como na análise do alinhamento das políticas públicas municipais com as metas e os indicadores estabelecidos pela ONU nos ODM, de um modo em geral, e pelo governo brasileiro, em específico.

Metodologia

Os aspectos norteadores utilizados para a realização deste estudo apóiam-se na Teoria Crítica de Habermas destacando a necessidade da emancipação da sociedade à luz de uma análise crítica das problemáticas mundiais. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois os fatos foram observados, registrados, classificados e interpretados mediante a aplicação de onze entrevistas semiestruturadas com prefeitos municipais e secretários da administração pública no lócus do estudo.

O tratamento dos dados foi qualitativo e o método científico utilizado o dialético, pois este permite uma interpretação dinâmica e total da realidade, a partir de suas bases epistemológicas, aceitando



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais e sociais (GIL, 1999).

Resultados e discussão

O esforço de municipalizar as ações sugeridas pela ONU e acatadas pelo governo brasileiro em construir um país melhor e mais justo, com ênfase na dignidade humana. É um dever cívico de todo cidadão e não deve ser atribuído somente aos órgãos governamentais o esforço pela melhoria na qualidade de vida e desigualdades sociais. Neste sentido, os governos assumem um papel fundamental na construção de políticas voltadas para as metas dos ODMs e a sociedade deve procurar encontrar instrumentos e meios que possibilitem sua inserção e interação efetiva no processo de democracia participativa.

No Brasil, a Secretaria-Geral da Presidência da República assumiu a responsabilidade de mobilizar e apoiar as diversas entidades da sociedade civil bem como prefeituras na efetiva consecução dos objetivos e metas estabelecidas. Sem essa conjugação de esforços parece ser impossível concretizar os ODMs. Evidencia-se, portanto, que as políticas sociais desencadeadas pelo governo federal coadunadas com políticas locais desempenham um papel fundamental para promover o desenvolvimento humano (ODM Brasil, 2012).

A partir da análise das entrevistas realizadas com os onze gestores públicos locais, percebeu-se amplo desconhecimento dos mesmos em relação aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Dos onze gestores entrevistados, oito (73%) desconheciam o termo ODM e afirmaram que este assunto é algo complexo e desconhecido, referindo-se ao mesmo nos seguintes termos: “Olha, sobre essa questão eu vou falar francamente: nunca ouvi falar”, ou “A princípio, não sei nada”, ou “Não conheço nada a respeito deste assunto”, ou ainda “Pra ser franco, sobre esse termo ODM eu nunca ouvi falar e nem li nada sobre isso”.

Apenas três gestores (27% do total de entrevistados) demonstraram possuir alguma noção sobre os ODM. Por exemplo, uma dessas lideranças entrevistadas referiu-se ao assunto da seguinte forma: “Eu conheço somente o que está veiculado à imprensa e ao que vem do governo federal. Outro gestor público demonstrou ter um bom conhecimento do assunto, mas, este pode ser considerado uma exceção entre seus pares: “Aqui no município nós estamos a par desses objetivos porque nesse momento, nós estamos trabalhando com o Planejamento Estratégico e não tem como você não ver isso. Além disso, eu também tomei conhecimento sobre esse assunto na Universidade, no curso de Gestão Pública”.

Somente quando era comentado com os gestores públicos o que efetivamente são os ODM, muitos tentavam relacionar o termo com Projetos e Programas desencadeados a nível federal, tentando, dessa forma, passar a ideia de que conheciam o assunto. Entretanto, os mesmos não foram capazes de identificar ações municipais de erradicação da fome e da pobreza alinhadas às metas estabelecidas pelas Organizações das Nações Unidas, ou mesmo identificar se algumas dessas ações estavam sendo desenvolvidas pelo governo federal ou estadual no âmbito municipal. Percebeu-se, assim, que apesar dos municípios eventualmente estarem desenvolvendo algumas políticas



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

relacionadas aos ODMs, sobretudo aquelas desencadeadas a partir da esfera federal, poucos gestores tiveram o discernimento que muitas das ações estão alinhadas aos ODMs.

Conclusões

Conclui-se que o cumprimento dos ODM está sendo legado pelo governo federal aos municípios por entender que estes evidenciam diversas fragilidades regionais e locais frente aos principais indicadores de desenvolvimento, que não aparecem nos resultados vistos nacionalmente.

Nessa perspectiva, fica evidente que os municípios na gestão das políticas federais apresentam vantagens em relação a outras esferas governamentais. Podem adotar uma agenda de desenvolvimento em função de ter autonomia operacional e mandato formal para prover serviços à população, têm mandato institucional para promover ações nas áreas de desenvolvimento econômico e social, meio ambiente, saneamento, educação, cultura, saúde e segurança. Além, de ter a possibilidade de criar acordos com ONGs e com o setor privado num esforço de estabelecer uma agenda cooperativa, pode adotar leis complementares nas temáticas sociais e ambientais, considerando que a proximidade com o cidadão fortalece a cidadania.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Administração Pública, Gestores Públicos.

Referências bibliográficas

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. Nova Iorque, 2000. Disponível em: www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf. Acessado em: 20 de Fevereiro de 2013.

GIL, Antônio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRIEBELER, Marcos Paulo D. O Plano Estratégico local e os Objetivos do Milênio. In: SIEDENBERG, Dieter R. (Org.): Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico local/regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

ODM BRASIL. Disponível em: www.secretariageral.gov.br/sec_estudospesquisas/publicacoes/revista-odm-4a-edicao-2012. Acessado em: 02 de Março de 2013.